

Thaís Freire de Vasconcellos

Precedentes na arbitragem brasileira



A vinculação dos árbitros às
decisões judiciais pretéritas

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio	XIII
Apresentação.....	XV
1 Introdução.....	1
1.1 Problema de Pesquisa.....	6
1.2 Metodologia	9
2. A doutrina dos precedentes: conceito, natureza jurídica e espécies.....	13
2.1 A origem dos precedentes: breves apontamentos sobre sua origem na <i>common law</i>	15
2.1.1 O sistema jurídico de tradição da <i>common law</i>	15
2.1.2 A teoria dos precedentes nos países de common law: conceito e natureza jurídica.....	20
2.2 A teoria dos precedentes no Brasil: breves considerações sobre o sistema <i>civil law</i>	27
2.2.1 O sistema jurídico de tradição da <i>civil law</i>	27
2.2.2 A doutrina dos precedentes no Brasil: conceito e constitucionalidade	34
2.3 Espécies de precedentes e os institutos afins:	55
2.3.1 Jurisprudência.....	56
2.3.2 Ementa	57
2.3.3 As decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade (art. 927, inciso I do CPC)	59
2.3.4 Enunciado de Súmula vinculante (art. 927, inciso II do CPC)	62
2.3.5 Os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos (art. 927, inciso III do CPC)	64
2.3.6 Os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional (art. 927, inciso IV do CPC)	67

2.3.7 A orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados (art. 927, inciso V do CPC)	68
2.4 A natureza jurídica dos precedentes brasileiros: os precedentes judiciais são fonte do direito brasileiro?	70
2.5 Breve reflexões sobre a importância e desafios do sistema de precedentes à brasileira	76
3 Aplicação da teoria dos precedentes na arbitragem	81
3.1 A evolução da arbitragem no Brasil	81
3.2 Conceito, características, vantagens e desvantagens	91
3.3 O processo arbitral e o processo estatal	99
3.4 Arbitragem e precedentes: premissas gerais	108
3.5 Os precedentes judiciais vinculantes do CPC/2015 e o seu efeito persuasivo sobre os árbitros.....	111
3.6 Os precedentes previstos na Constituição Federal e o seu efeito vinculante sobre os árbitros.....	127
4 Controle judicial da arbitragem	137
4.1 As consequências da não observância dos precedentes na arbitragem: o cabimento da ação anulatória prevista no art. 32 da Lei de Arbitragem	137
4.1.1 Ação anulatória de sentença arbitral) – (artigos 32 e 33 da Lei n.º 9.307/96)	138
4.1.2 A sentença proferida em violação à ordem pública interna.....	152
4.2 Breves apontamentos sobre a reclamação constitucional.....	155
4.3 A possibilidade de renúncia das partes aos precedentes judiciais	158
5 Conclusão	165
Referências bibliográficas	171